**SÚMULA DA 149ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE GOIÁS, REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2024**

**PLENÁRIO**

Ao vigésimo sexto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, em reunião presencial realizada na sede do Conselho de Arquitetura de Urbanismo de Goiás, iniciou-se, em primeira convocação, a 149ª Reunião Plenária Ordinária, com a presença dos Conselheiros Estaduais membros, entre titulares e suplentes: Andrey Amador Machado, Simone Buiate Brandão, Giovana Pereira dos Santos, Nayara Araújo de Assis, Francisca Júlia França Ferreira de Melo, Janamaina Costa Bezerra de Azevedo, Nayda Rocha, Flávia de Lacerda Bukzem, Caio Augusto Rodrigues Garcia, Camila Dias e Santos, Maria Leopoldina Figueiredo de Faria, Cristiano Lemes Carvalho, Wanderson Ogawa. Presentes também a Conselheira Federal Maria Eliana Jubé Ribeiro e sua suplente, Regina Maria de Faria. Presentes ainda os empregados públicos do CAU/GO: Glauco Gobbato (Gerente Geral), Guilherme Vieira Cipriano(Assessor Jurídico/Assessor de Plenário e Comissões), Isabel Barêa Pastore (Assessora de Relações Institucionais) e Elisa Almeida França (Assessora de Imprensa). **I)** **Verificação de quórum.** O **Presidente em exercício** verificou o quórum e declarou aberta a sessão. **II) Leitura e discussão da pauta.** Pauta aprovada por unanimidade. **III) Prestação de contas de janeiro a dezembro 2023 e; de janeiro de 2024.** A Conselheira Estadual titular Camila Dias e Santos fez a prestação de contas de ambos os períodos. Sobre a prestação referente ao período de janeiro a dezembro de 2023, Camila relatou que em relação às receitas correntes previstas e realizadas, de janeiro a dezembro foi 2,76% maior que o previsto, correspondendo ao valor de R$ 158.945,00. Os itens que apresentaram um crescimento acima da média são: Rendimentos provenientes da aplicação financeira, taxas e multas, incididas principalmente nos pagamentos de anuidades anteriores e outras receitas. Sobre as receitas correntes de janeiro a dezembro, os itens que possuem maior representatividade na receita foram: Emissão de Registro de responsabilidade técnica R$ 2.967.265,93; Arrecadação de anuidades R$ 1.964.676,01 e; Aplicação financeira R$ 588.705,14. No tocante à receita corrente de 2020 a 2023, comparando a receita de 2022 com 2023 houve crescimento de 5,8%, que equivale a R$ 321.272,00. A receita de dezembro comparada ao mês anterior teve um decréscimo de 9,9%. Queda prevista pelo menor recebimento de RRT, anuidades e queda na SELIC. Quanto à receita de anuidades de 2020 a 2023, comparando a receita de 2022 com 2023 houve crescimento de 1,60%, que equivale a R$ 30.907,30. Em comparação com o mês anterior houve um decréscimo de 9,30%. Relativa a receita de RRTs de 2020 a 2023, Comparando a receita de 2022 com 2023 houve crescimento de 5,40%, que equivale a R$ 152.188,00. Em comparação com o mês anterior houve um decréscimo de 8,53%. O número de profissionais ativos ao final do mês dezembro foi de 5.625, a quantidade de RRTs emitidas no período foi 29.725 e a média de emissão de RRT/Profissional foi 5,27 sendo maior que a média dos últimos 3 anos que foi 4,98. Comparando as receitas e quantidade de profissionais entre 2022 e 2023, tem-se que a receita 2022 foi de R$ 5.586.636,00, com 5.432 profissionais. Já a receita de 2023 foi de R$ 5.907.908,00, contabilizando 5.625 profissionais. Em um comparativo entre despesas correntes previstas e realizadas, o percentual realizado de janeiro a dezembro foi 17,78% menor que o previsto, correspondendo ao valor de R$ 992.554,00. Em relação ao realizado ao mês de novembro houve um acréscimo de 68%. O item que apresentou um crescimento acima da média foi: diárias e passagens. No tocante às despesas correntes de janeiro a dezembro, os itens que possuem maior representatividade na despesa foram: Gastos com o pessoal; Prestação de serviço; CSC + Fundo de Apoio. Sobre as despesas correntes de 2020 a 2023, comparando a despesa de 2022 com 2023 houve crescimento de 17%, que equivale a R$ 684.907,00. Comparando as despesas do mês de dezembro com o mês anterior houve um crescimento de R$247.630,00, ocasionado principalmente pelo pagamento da segunda parcela do 13° salário e férias. Em um comparativo de receita e despesas, de janeiro a dezembro de 2020 a 2023, houve superávit de R$ 1.317.572,80 esse valor foi aplicado em um Fundo mensal BB-APLIC-C.PRZ-APL.AUT, que apresentou um rendimento médio nos últimos doze meses de R$ 49.058,76 Estava previsto um superávit de R$ 106.075,00 sendo realizados 683,36% a mais, devido as menores despesas (-17,78%) e maiores receitas (2,76%). Obs.: nos cálculos de despesa com pessoal são considerados: Salários + Férias + 13º + Encargos. Os valores de Benefícios com Alimentação, Plano de Saúde e Vale Transporte não são considerados para o % sobre as receitas Limite máximo = 60%. Estrutura atual conta com 21 Funcionários e 4 Estagiários. Em relação à prestação de contas relativa a janeiro de 2024, Camila ponderou que A Gerente Cristina relatou que em relação às receitas correntes previstas e realizadas, o percentual realizado em janeiro de 2024 foi 32,49% maior que o previsto, correspondendo ao valor de R$ 187.383,00. Os itens que apresentaram um crescimento acima da média são: Rendimentos provenientes da aplicação financeira, taxas e multas, incididas principalmente nos pagamentos de anuidades anteriores e outras receitas. Os itens que possuem maior representatividade na receita são: Emissão de Registro de responsabilidade técnica R$207.862,69; Arrecadação de anuidades R$ 391.757,48 e; Aplicação financeira R$ 47.118,12. Comparando a receita de janeiro de 2024 com 2023 houve crescimento de 10,62%, que equivale a R$ 64.705,00. O crescimento teve como precursor os maiores recebimentos de RRTs e Anuidades. Em relação à Receita de Anuidades de 2021 a 2024, comparando a receita de janeiro de 2024 com 2023 houve crescimento de 6,88%, que equivale a R$ 25.230,00. Em relação à receita de RRT’s de 2021 a 2024, comparando a receita de janeiro de 2024 com 2023 houve crescimento de 18,64%, que equivale a R$ 32.665,00 O número de profissionais ativos ao final do mês janeiro foi de 5.662. Sobre a comparação das despesas correntes previstas e orçadas com as realizadas, o percentual realizado de janeiro foi 37,36% maior que o previsto, correspondendo ao valor de R$ 84.227,93. As despesas que apresentaram um crescimento acima da média foram: Prestação de serviço 56,79%; Despesa com o pessoal 40,26% e; CSC + Fundo de Apoio. Quanto às despesas correntes de 2021 a 2024, comparando a despesa de janeiro de 2024 com 2023 houve crescimento de 15,41%, que equivale a R$ 41.363,00. Sobre a despesa corrente de janeiro de 2024, os itens que possuem maior representatividade na despesa foram: Gastos com o pessoal; Prestação de serviço e; CSC + Fundo de Apoio. Receita x Despesa de Janeiro de 2021 a 2023: no período houve superávit de R$ 364.502,21, esse valor foi aplicado em um Fundo mensal BB-APLIC-C.PRZ-APL.AUT, que apresentou um rendimento no mês de janeiro de meses de R$ 47.118,12. Estava previsto um superávit de R$ 261.347,00, sendo realizados 39,47% a mais. Obs.: nos cálculos de despesa com pessoal são considerados: Salários + Férias + 13º + Encargos. Os valores de Benefícios com Alimentação, Plano de Saúde e Vale Transporte não são considerados para o % sobre as receitas. Limite máximo = 60%. Estrutura atual conta com 21 Funcionários e 4 Estagiários. Ambas as prestações de contas foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros(as) presentes, nos termos das Deliberações Plenárias CAU/GO nº 311/2024 e 315/2024. **IV) Aprovação do Calendário.** A Gerência Geral apresentou calendário para o exercício de 2024, tendo este sido aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes, nos termos da Deliberação Plenária CAU/GO nº 310/2024. **V) Julgamento de processos da AFISC.** Foram julgados pela Plenária 3 (três) recursos interpostos em face de decisões proferidas pela extinta CEEFP (agora CEP, para estas matérias), relacionados a processos de fiscalização (AI nº 1000144470, AI nº 1000175308 e AI nº 1000177607). Especificamente em relação ao processo de fiscalização nº 1000144470, os conselheiros presentes solicitaram que fosse verificada a possibilidade de autuação de um processo de fiscalização em desfavor do Município de Valparaíso de Goiás, em razão da situação descrita nos autos. Restou solicitada ainda a necessidade de que os autos sejam encaminhados para o Ministério Público, a fim de que seja verificada eventual possibilidade de providências do *parquet* em relação aos fatos narrados no referido processo. Nos três feitos, o voto proposto pelo(a) relator(a) foi acatado por todos(as) os conselheiros presentes, conforme veiculado pelas Deliberações Plenárias CAU/GO nº 312/2024, 313/2024 e 314/2024. **V) Relato das Comissões.** **a) Dos Coordenadores das Comissões permanentes.** **1.1. Comissão de Administração e Finanças – CAF.** Além das prestações de contas feitas pela coordenadora e registradas acima, a coordenadora tratou de levar ao conhecimento dos presentes que foi feita uma capacitação pelas gerentes de Administração e Finanças do CAU/GO, que foram discutidos pedidos de isenção tributária requeridas ao CAU/GO e, ao final, que será feito estudo visando verificar a possibilidade de pagamento de JETOM aos conselheiros(as). **1.2. Comissão de Ética e Disciplina – CED.** A Coordenadora, Giovana, apresentou os relatos abordando a análise dos processos/denúncias disciplinares pautados e os respectivos encaminhamentos. **1.3. Comissão de Política Urbana e Ambiental – CPUA.** O coordenador da Comissão, Andrey Machado, relatou aos presentes os principais pontos debatidos na reunião ocorrida no mês de fevereiro, quais sejam: Alteração do Plano Diretor de Aparecida de Goiânia sem audiências públicas específicas, sem publicização dos mapas; Reforma do Estádio Serra Dourada; Plano de Arborização; Carta aos candidatos das eleições municipais; Curso ATHIS e; relatos gerais. Ao final, a Presidente informou que recebeu um convite da Prefeitura de Aparecida de Goiânia para que o CAU/GO participasse de um evento para discutir o Plano Plurianual e a legislação urbanística municipal. A conselheira Camila foi escolhida como representante do CAU/GO no evento. **1.4. Comissão de Exercício Profissional – CEP.** O conselheiro Andrey fez o relato dos principais pontos debatidos na reunião da CEP ocorrida em fevereiro, que especificamente tratou de processos da fiscalização; realização de capacitação dos conselheiros presentes e; Resolução CAU/BR nº 205/2022 e contato com CREA (questionamento sobre a legalidade de RRT expedido por profissional). **1.5. Comissão de Ensino e Formação.** A conselheira Flávia fez o relato dos principais pontos debatidos na reunião da CEF ocorrida em fevereiro, destacando que ocorreram duas reuniões, sendo uma extraordinária (definição do palestrante da aula magna). A primeira delas (ordinária), tratou de registros provisórios e definitivos de profissionais e cadastros de cursos de pós-graduação. Isabel complementou dizendo sobre a escolha do palestrante para ministrar a aula magna do primeiro semestre de 2024, reforçando junto aos presentes que o evento acontecerá em 08/05/2024, no auditório da PUC-GO. Por fim, o conselheiro Cristiano ponderou sobre a possibilidade de que as pautas/temas das próximas aulas magnas sejam discutidas em comissão, visando, especialmente, valorizar as questões e trabalhos regionais do Estado de Goiás. **1.6. Relatos.** **Da Presidente.** A Presidente Simone relatou sobre o ultimo Fórum de presidentes, tendo trazido colocações correlatas às trazidas pela conselheira federal Lana (a seguir descritos), mas acrescentando que muito se discutiu sobre as atribuições de arquitetos e urbanistas. Informou ainda que a nova DCN referente à Arquitetura e Urbanismo aprovada se encontra em fase de revisão e que possui pontos salutares para a profissão. Ao final destacou que a FGV foi contratada para realizar pesquisa visando apurar o funcionamento dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, visando subsidiar providências do CAU especialmente quanto ao ensino à distância. **1.7. Relatos da Conselheira Federal.** A Conselheiro Federal Lana Jubé iniciou seu relato recomendando atenção especial atenção ao cumprimento dos rituais previstos no Regimento Interno. Reforçou o seu papel enquanto representante do CAU/GO perante o CAU/BR, ocupando hoje o posto de coordenadora da CEP-CAU/BR e membra da CPUA-CAU/BR, onde a conselheira federal suplente Regina Faria se fará mais presente e atuante. Lana destacou ainda que como membra da CEP-CAU/BR, é também integrante nata do CEAU-CAU/BR (colegiado composto por membros da CEP-CAU/BR juntamente com representantes de instituições ligadas à Arquitetura e Urbanismo previstas na Lei nº 12.378/2010). Pontuou que a CEP-CAU/BR trabalhará em algumas frentes principais, como com a revisão das Resoluções CAUBR nº 21/2012, 75/2014 e 91/2014 e 98/2014. Sobre a fiscalização, destacou que foi aprovado em dezembro de 2023, um manual com recomendações sobre a fiscalização, traçando diretrizes, formas e conceitos e que deverá servir de base para que os CAU/UF elaborem os seus planos de ação. Reforçou que a fiscalização se torna mais eficaz quando contempla as etapas educativa, formativa e punitiva e, para tanto, informou que a CEP-CAU/BR irá elaborar um Plano Nacional de Fiscalização. Além disso, Lana informou que haverá uma ação do CAU/BR de assinatura de convênio para uso do B.I.N., uma plataforma de controle utilizado por diversos órgãos de cúpula da Administração Pública Federal. Na sequência, a conselheira federal suplente, Regina Faria, acrescentou que a CPUA-CAU/BR se subdividiu em 3 (três) sub comissões para tratarem do Projeto Amazônia, do Projeto ATHIS/ACP e das Políticas Urbanas e Legislação Urbanística. Ao final, Lana explanou que o ensino à distância foi amplamente tratado no CAU/BR, e trouxe ao conhecimento dos presentes que esta pauta foi debatida junto à CEF-CAU/BR, relatando a grande quantidade de demandas judiciais sobre a matéria. A conselheira Janamaina questionou, após, se o CAU/BR possuía algum projeto de lei para ser aprovado no Congresso Nacional relacionado à ocupação de cargos públicos por arquitetos e urbanistas. Em resposta, a conselheira Lana disse que sim e que esta também será uma linha de atuação da CEP-CAU/BR. **1.10. Relatos da Gerência Geral.** O Gerente Geral do CAU/GO informou que foram convocados 3 (três) candidatos aprovados no concurso público promovido pelo CAU/GO, com previsão para início das atividades laborais em 1º abril de 2024. Noticiou que juntamente com a colaboradora Luciene, têm verificado a prestação de contas dos patrocínios e têm trabalhado nos editais dessa natureza para serem publicados. Sobre a plataforma *Teams (Microsoft),* o Gerente Geral ventilou a possibilidade de seu uso administrativo no CAU/GO, e que aos palcos haverá a migração para esse sistema. Em seguida, ponderou que está dando andamento nos processos administrativos relacionados à manutenção de ar condicionado, equipamentos e fornecimento de lanches.Pontuou sobre o SEI e da sua facilidade de uso. Encerrados os pontos de pauta previstos na reunião e, nada mais havendo a tratar, a **Presidente** agradeceu a todos e deu por encerrada a sessão do que, para constar, eu, **Guilherme Vieira Cipriano**, secretariei a sessão, lavrei a presente súmula que, depois de lida e achada conforme, será assinada por mim e pela Presidente do CAU/GO, **Simone Buiate Brandão**. Goiânia, ao vigésimo sexto dia do mês de fevereiro de 2024.

**Simone Buiate Brandão**

Presidente do CAU/GO

**Guilherme Vieira Cipriano**

Assessor Jurídico e de Comissões